

---

“E não há poder, nem cá na terra, nem no próprio inferno, que me vão afastar do meu posto de defesa”: conflitos políticos, religiosos e educacionais no Distrito de Dois Irmãos (Município de São Leopoldo/RS, 1902-1942)

“And there is no power, neither here on earth, nor in hell itself, that will keep me from my defense post”: political, religious and educational conflicts in the *Dois Irmãos* District (Municipality of São Leopoldo/RS, 1902-1942)

---

Rodrigo Luis dos Santos\*

### Resumo

Nosso objetivo neste trabalho, através da análise de conflitos envolvendo padres católicos, pastores protestantes, professores e autoridades públicas, é evidenciar as disputas de poder e busca pela consolidação de espaço político, no cenário do Rio Grande do Sul das primeiras quatro décadas do século XX. Neste sentido, política, religião e educação foram uma tríade praticamente indissociável, envolvendo múltiplos atores, em uma dimensão que envolve contextos locais que relacionavam-se com conjunturas mais amplas, em nível estadual e nacional. Como laboratório, escolhemos o então distrito de Dois Irmãos, pertencente ao Município de São Leopoldo, cujo recorte cronológico compreende o período entre 1902, nos primeiros anos da fase republicana brasileira, e 1942, já no regime ditatorial do Estado Novo.

**Palavras-chave:** Política, religião, educação, conflitos.

### Abstract

Our objective in this work, through the analysis of conflicts involving Catholic priests, protestant pastors, teachers and public authorities, is to highlight the power struggles and the search for the consolidation of political space, in the scenario of Rio Grande do Sul of the first four decades of the 20th century. In this sense, politics, religion and education were a practically inseparable triad, involving multiple actors, in a dimension that involves local contexts that were related to broader conjunctures, at the state and national level.

---

\*Doutorando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Email: rluis.historia@gmail.com

As a laboratory, we chose the then district of Dois Irmãos, belonging to the Municipality of São Leopoldo, whose chronological cut comprises the period between 1902, in the first years of the Brazilian republican phase, and 1942, already under the dictatorial regime of the Estado Novo.

**Keywords:** Politics, religion, education, conflicts.

## Primeiras considerações

Para aqueles pesquisadores que se dedicam aos labirintos dos arquivos, entre corredores muitas vezes apertados e pastas ou envelopes empoeirados, encontrar um documento com alguma anotação, rasura ou parte atassalhada, pode dar margem para indícios ou novas perspectivas de análise. Esse fato ocorreu com o documento que serviu de base para esse artigo.

Em 2014, ao trabalhar com um acervo pessoal recebido em doação pelo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, localizado no município gaúcho homônimo, encontrei entre as diversas pastas um maço dobrado, cuja anotação feita à lápis me despertou a atenção: ali estava grafado o termo *germanismo*.<sup>1</sup> O passo seguinte foi interromper a tarefa de limpeza e organização das pastas e envelopes e iniciar a leitura daqueles papéis amarelados pelo tempo.

As primeiras linhas indicavam que se tratava de uma correspondência, datada de 2 de março de 1941, tendo como destinatário o coronel Theodomiro Porto da Fonseca, então prefeito de São Leopoldo – cargo que ocupava desde 1928. Sua origem era a localidade de Dois Irmãos, 4º Distrito leopoldense na época. Ao final das três laudas estava a assinatura do padre José Maria Kroetz, vigário<sup>2</sup> da Paróquia São Miguel de Dois Irmãos. O tom da missiva era de descontentamento do clérigo para com ações empregadas pelas autoridades municipais, tendo como elemento nevrálgico a interferência destes em uma escola paroquial. Mas conflitos envolvendo religiosos, autoridades políticas e professores não era uma novidade no distrito de Dois Irmãos. Antes de aprofundarmos nosso olhar sobre o caso do vigário Kroetz, cabe sopesar outras situações que remetem ao início do século XX. Assim como refletir sobre aspectos conceituais que envolvem interações e conflitos em torno do poder existente nos espaços sociais escolares e religiosos.

<sup>1</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL), Coleção Carlos de Souza Moraes, Pasta 48, Correspondência ao prefeito de São Leopoldo, coronel Theodomiro Porto da Fonseca (1941).

<sup>2</sup> Correspondente ao atual cargo de pároco, ou seja, aquele responsável pela administração e condução pastoral de uma paróquia. Outro termo empregado para essa função era *cura*.

“E não há poder, nem cá na terra, nem no próprio inferno, que me vão afastar do meu...”

## Escolas e templos: lugares de aprendizagem, fé... e conflitos

Michel Foucault,<sup>3</sup> ao analisar a formação estrutural dos sistemas prisionais e do controle social – tanto físico quanto mental – dos e sobre os indivíduos, identificou no ambiente escolar um dos locais proeminentes para a prática de imposição de modelos e formas de arregimentação. Não aprofundando essa abordagem biopolítica admoestada pelo filósofo francês, cabe aqui destacar um dos pontos essenciais que permeiam essa discussão: a luta pelo poder.

Uma das definições clássicas do conceito de poder advém do pensador britânico Thomas Hobbes, em sua obra *Leviatã*, datada de 1651. Foi defensor de uma concepção de governo centralizador e forte para manutenção e controle dos limites dentro das sociedades humanas. Nesta noção de estado forte residia o exercício prático e inviolável do poder, distribuindo funções e garantindo a liberdade. Deste modo, cabe que alguém – o soberano ou um grupo de comando – detenha o poder político deste seguimento e exerça-o de tal modo que garanta a paz e defesa comuns.<sup>4</sup> Hobbes também defendia a unidade entre o Estado e a Igreja cristã, como sinal de coadunação eficiente na diligência dos cidadãos. Ao refletirmos sobre o Brasil das décadas de 1930 e 1940, a reaproximação entre o governo vigente a Igreja Católica visava, entre outras coisas, a formatação social de um modelo de cidadania, pautado na brasilidade e no cristianismo católico.

Pouco mais de dois séculos após a publicação da obra de Hobbes, o intelectual alemão Max Weber insere novas percepções conceituais e empíricas para a noção de poder, relacionando-o invariavelmente com o campo da política. Para este sociólogo, só existe política em razão da busca constante pelo poder, implicando, desta forma, na imposição da vontade a outrem, dominação que gera uma relação de obediência. Em suma, Max Weber sintetiza este conceito na assertiva de que “poder significa toda probabilidade de impor a vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”.<sup>5</sup>

Nos anos 1970, o cientista político estadunidense Robert Alan Dahl contribuiu significativamente para a renovação do conceito de poder. Para ele, “o poder é a relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>4</sup> HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Rideel, 2005, p. 106.

<sup>5</sup> WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva*. 2 vol. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, Imprensa Oficial, 2004, p. 33

segundo um comportamento que, em caso contrário não ocorreria”.<sup>6</sup> Sendo assim, o exercício político do poder ocorre de forma ambivalente, onde ambos os envolvidos oferecem e se beneficiam, ao mesmo tempo, visando alcançar objetivos próprios e que, em determinados momentos, podem ser agregados de modo comum. Como veremos mais adiante, essa definição se enquadra de forma precisa nas relações entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica nas décadas de 1930 e 1940, durante a presidência de Getúlio Vargas. Contudo, conforme Clarrissa Hayward,<sup>7</sup> o poder não determina um controle social infinito, mas ele mesmo impõe limites entre os agentes envolvidos, delimitando o campo de atuação de cada um.

Por fim, conforme enuncia o historiador e filósofo italiano Norberto Bobbio,<sup>8</sup> o poder e suas práticas se desenvolvem em três frentes principais: a econômica, tendo em vista o cenário global e de interação entre países e sociedades; a ideológica, com papel destacado para a mídia (em suas múltiplas plataformas) e, não menos importante, a frente política, onde se torna possível o recurso da força física e violência estatal para se obter o controle mais efetivo sobre indivíduos e grupos.

Ao relacionarmos a tríade política, educação e religião, encontramos elementos que, embasados nas conceituações acerca do poder e de sua busca incessante, demonstram que os espaços escolares e confessionais são, invariavelmente, lócus impregnados de disputas constantes pelo domínio social, através de práticas, ora distintas, ora imbricadas.

A relação efetiva entre política e religião permeia, segundo evidenciam os estudos históricos, praticamente toda a experiência humana ao longo dos séculos. No caso brasileiro, diversos estudos apontam para essa relação desde os tempos coloniais, passando pela fase imperial e republicana, até os dias atuais. Não aprofundaremos aqui estes aspectos, nos dedicando mais para algumas reflexões sobre o desenvolvimento desta aproximação estatal-confessional. Aline Coutrot, historiadora francesa que se dedicou aos estudos do campo político, asseverou que as mediações entre religião e política são viáveis em decorrência da estrutura social existente das organizações confessionais, ou seja, as igrejas:

---

<sup>6</sup> DAHL, Robert. *A moderna análise política*. São Paulo: Lidador, 1970, p. 78.

<sup>7</sup> HAYWARD, Clarissa R. “Making interest: on representation and democratic legitimacy”. In: SHAPIRO, Ian et al. (orgs.). *Political representation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

<sup>8</sup> BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade*: para uma teoria geral da política. 10. ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 221.

“E não há poder, nem cá na terra, nem no próprio inferno, que me vão afastar do meu...

[...] o fundamento de todas estas mediações reside no fato de que a crença religiosa se manifesta em igrejas, que são corpos sociais dotados de uma organização que possui mais de um traço em comum com a sociedade política. Como corpos sociais, igrejas difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. Toda a vida elas pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc* [aqui e agora]; toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência dos fiéis se submeter a eles. Definitivamente, nada do que concerne ao homem e à sociedade lhes é estranho, mesmo de que de uma época para a outra a insistência em certos preceitos tenha eclipsado outros.<sup>9</sup>

Tendo em vista que o fenômeno religioso, em seu processo de inserção, cooptação e desenvolvimento dentro do tecido social fomenta o controle de massas, se faz importante perceber, historicamente, seus modos de ação e espaços utilizados. O discurso e práticas confessionais não estão isoladas de uma base sociopolítica. Mesmo narrativas tempo em que estão inseridas. E isso gera, muitas vezes, comportamentos de atrito entre igrejas, sociedade e governos. Exemplo atual são as discussões acerca da legalização do aborto ou do casamento entre pessoas do mesmo sexo - que mesmo se tratando de um reconhecimento no campo civil, encontra oposição ferrenha na esfera religiosa, por parte de algumas denominações.

No tocante escolar, os trabalhos de Kreutz<sup>10</sup> e Rambo,<sup>11</sup> acerca dos católicos, e de Arendt<sup>12</sup> sobre os evangélico-luteranos,<sup>13</sup> evidenciam a importância da educação para estas duas denominações, tendo em vista que, além de conhecimentos formativos específicos, como escrita, leitura e aritmética, também eram locais de formação identitária e perpetuação de discursos, de acordo com as normativas e interesses vigentes. As escolas eram instrumentos políticos de difusão do ideário católico, assim como do protestante.

<sup>9</sup> COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 2003, p. 334.

<sup>10</sup> KREUTZ, Lúcio. *O Professor Paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS/ Florianópolis: Ed. UFSC / Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

<sup>11</sup> RAMBO, Arthur Blásio. *A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica: a Associação de Professores e a Escola Normal*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996. (Estudos Teuto-brasileiros, 3).

<sup>12</sup> ARENDT, Isabel Cristina. *Educação, Religião e Identidade Étnica: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

<sup>13</sup> Aqui estamos nos referindo aos membros do Sínodo Rio-grandense, fundado em São Leopoldo no ano de 1886. Este formaria, ao se unir com outros Sínodos, a Federação Sinodal, em 1949, e por fim, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), em 1968. Essa nomenclatura, também visa não causar confusão de identificação com os protestantes do Sínodo de Missouri, que originou, em 1980, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

Encerrando esta parte de análise e reflexão mais teórica, retomamos algumas considerações de Aline Coutrot, ao evidenciar os atritos entre a Igreja Católica e o Estado francês desde a Revolução Francesa. Segundo a historiadora, o ensino confessional e o laico

[...] eram dois sistemas de pensamento radicalmente antagônicos que se defrontavam. A hierarquia católica condena formalmente a laicidade tanto em seus princípios como em suas aplicações. [...] O pensamento leigo forma um segundo sistema igualmente coerente e totalmente estranho ao primeiro. A laicidade não é apenas um quadro jurídico. Ligada a uma filosofia de inspiração racionalista, a uma definição extensiva do papel do Estado e uma concepção unitária da comunidade nacional, ela considera que o ensino leigo deve emancipar os espíritos sem referência a nenhum absoluto, com exceção da razão, e constituir o cadinho unificador de bons cidadãos.<sup>14</sup>

No Brasil do final do século XIX, especialmente com o advento republicano e a separação entre Igreja e Estado, alinha-se um comparativo com a realidade francesa do mesmo período. Ademais, parte dos republicanos brasileiros possuíam ideias advindas de pensadores franceses, com o caso dos positivistas e sua inspiração nas formulações sociais de Auguste Comte. O Rio Grande do Sul, conforme Pezat<sup>15</sup> e Boeira,<sup>16</sup> foi o ente da federação onde o Positivismo teve maior impacto e aplicabilidade – embora com adaptações ao longo dos primeiros quarenta anos da República. Muito se deve ao papel definidor assumido por Júlio de Castilhos, o principal propagador das ideias de Comte e que, ao assumir o poder político – governamental e partidário –, buscou moldar o funcionamento sociocultural, educacional, econômico e administrativo sul-rio-grandense nas premissas positivas.

No campo educacional, segundo Tambara<sup>17</sup> e Corsetti,<sup>18</sup> embora existisse uma preocupação por parte dos governantes na implantação de educandários públicos, no período entre 1889 e 1930, o sistema escolar, de um modo

<sup>14</sup> COUTROT, op.cit., p. 354.

<sup>15</sup> PEZAT, Paulo Ricardo. *Auguste Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-grandense e a política indigenista na República Velha*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997 (dissertação de mestrado).

<sup>16</sup> BOEIRA, Nelson. O positivismo do Rio Grande do Sul: questões pendentes e temas para pesquisa. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.

<sup>17</sup> TAMBARA, Elomar. *Positivismo e Educação - A educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo*. Pelotas, Ed. Universitária/UFPEL, 1995.

<sup>18</sup> CORSETTI, Berenice. *Controle e Ufanismo - A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1889/1930)*. 1998. Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

“E não há poder, nem cá na terra, nem no próprio inferno, que me vão afastar do meu...”

geral, era fortemente estabelecido através de escolas comunitárias, confessionais e particulares. Havia um rígido controle sobre as diretrizes de ensino e fiscalização sobre escolas e professores, através de um aparato burocrático desenvolvido pelas lideranças estaduais, também delegadas aos mandatários municipais. Entrementes, nem sempre a interferência estatal era vista com bons olhos pelas lideranças religiosas, que viam com desconfiança o modelo doutrinário de ensino. No período da Primeira República, especialmente a Igreja Católica, em diversos momentos, se posicionava contrária, tendo em vista a diminuição – ao menos aparentemente – diante da máquina política nacional e estadual. Por conta disso, a ação no âmbito escolar se mostrava um meio eficaz de consolidação do poder espiritual e temporal. A partir de 1931, uma relação mais acentuada de aproximação da Igreja Católica com o governo de Vargas se delineou no horizonte, dentro da perspectiva de participação e apoio mútuo na manutenção do poder, como veremos adiante.

Partindo para a análise mais pormenorizada dos conflitos educacionais, políticos e religiosos acontecidos em Dois Irmãos, especialmente com lideranças católicas, precisamos registrar um fato ocorrido no início do século XX naquele distrito, colocando em campo de batalhas membros da comunidade protestante local.

### **Uma igreja, um conflito e duas comunidades**

Em 1897 chegava ao Rio Grande do Sul o imigrante alemão Heinrich Friedrich Wilhelm von Zuccalmaglio, aos 21 anos de idade.<sup>19</sup> Nasceu na cidade de Mannheim, no Grão-Ducado de Baden, já em uma Alemanha unificada, em 18 de julho de 1876. A primeira cidade onde ficou residência no território sulino foi em Pelotas. Posteriormente, transferiu-se para o município de Taquara, onde se casou em 1899 com Margareth Elisabeth Eckhardt, passando a residir logo após em São Leopoldo. Ainda na Alemanha, Zuccalmaglio diplomou-se em Engenharia Geodésica, o que lhe permitiu exercer a função de agrimensor em cidades gaúchas. Além de trabalhar na agrimensura, também se dedicou ao ramo agrícola e ao ofício de professor. E é esta função que lhe causou maiores percalços.

No ano de 1902, encontramos Wilhelm von Zuccalmaglio exercendo docência na escola paroquial da Comunidade Evangélica de Dois Irmãos. Durante 35 anos, entre 1833 e 1868, a Comunidade Evangélica de Dois Irmãos

---

<sup>19</sup> HERKENHOFF, Elly; HERKENHOFF, Rosa (orgs.). *Famílias Brasileiras de Origem Germânica*. Vol. VI. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1975.

foi assistida pastoralmente por clérigos vindos de outras comunidades, como Campo Bom, Hamburgo Velho e São Leopoldo. Por intermédio do pastor Hermann Borchard – o primeiro a tentar articular uma unidade entre as comunidades evangélico-luteranas no Rio Grande do Sul através de um sínodo<sup>20</sup> –, a partir de 1868 a comunidade local passou a contar com a presença de um pastor residente, na figura de Johann Friedrich Brutschin. Também nascido em Baden, no ano de 1844, porém na cidade de Dossenbach, chegou ao Brasil com 24 anos de idade. Atuou em Dois Irmãos até 1892, quando foi substituído pelos pastores Ernst Schlieper (1892-1900) e Carl Jasper (1900-1906). Jasper recebeu, durante parte de seu pastorado, o apoio de um auxiliar: Eugen Zwinger.

O pastor Brutschin, juntamente com mais seis outros presbíteros evangélico-luteranos, liderados por Wilhelm Rotermund, fundou o Sínodo Rio-grandense em maio de 1886, na cidade de São Leopoldo, constituindo nova tentativa de articulação e configuração mais ordenada das comunidades sul-rio-grandenses. Com a República, três anos depois, a existência do órgão sinodal foi importante para buscar um espaço mais destacado dentro do novo regime, principalmente com a desvinculação do catolicismo como religião oficial do Estado. Neste contexto, porém, o Johann Friedrich Brutschin inicia um afastamento gradual do Sínodo Rio-grandense, alegando “falta de confessionalidade luterana” por parte de pastores e comunidades. Em 1892, ao deixar a Comunidade Evangélica de Dois Irmãos, iniciou um trabalho pastoral independente em Novo Hamburgo (então distrito leopoldense), atendendo também a localidade de Estância Velha. Conforme anotação no Livro de Registros da comunidade dois-irmoense,<sup>21</sup> o pastor Brutschin “continua a conduzir parte da comunidade na condição de *contrapastor* a partir de Novo Hamburgo”. Ou seja, ainda havia uma parte do grupo protestante local que preferiu seguir as orientações de seu ex-pastor, naquele momento sem filiação, em detrimento aos pastores sinodais encaminhados. Uma divisão comunitária que se tornaria ainda mais acentuada a partir de 1902.

Alegando o interesse em ser substituído, assim como a falta de uma orientação pastoral “mais luterana” para alemães e descendentes no Rio Grande do Sul, Johann Friedrich Brutschin entra em contato com a Lutheran Church - Missouri Synod, solicitando o envio de missionários para atuarem

---

<sup>20</sup> O Sínodo Evangélico Alemão da Província do Rio Grande do Sul foi fundado em 1868, sendo dissolvido sete anos depois, em decorrência de divergências entre pastores e as comunidades, tendo em vista que as lideranças sinodais buscavam impor um modelo de administração centrada na figura pastoral.

<sup>21</sup> Acervo da Comunidade Evangélica São Miguel de Dois Irmãos – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)

“E não há poder, nem cá na terra, nem no próprio inferno, que me vão afastar do meu...

no Brasil. Em 1899, o Conselho Geral da igreja referendou pelo envio de um pastor para conhecer mais de perto a realidade sul-rio-grandense, recaindo a escolha sobre Christian James Broders, nascido em 1867 na Lousiania. Em março de 1900, Broders chegou ao Rio Grande do Sul para conferenciar com o pastor Brutschin.

As primeiras impressões coletadas e externadas pelo pastor Broders, conforme Steyer<sup>22</sup>, indicaram um descontentamento com a realidade que encontrara: um desconhecimento profundo sobre religião e confessionalidade luterana, um modo desregrado e relapso de vida, assim como um ambiente hostil, sobretudo em decorrência da atuação dos pastores sinodais, fechados em si e atuantes contra interferências externas – ou seja, evitando que pastores de outras denominações adentrassem em sua área de comando. Desapontado, partiu para o sul do estado, onde conheceu August Gowert, que assim como Brutschim, liderava uma comunidade autônoma. A partir do trabalho de organização liderado por Broders e Gowert, foi constituída a primeira comunidade missouriana no Rio Grande do Sul, fundada em 1º de julho de 1900,<sup>23</sup> na comunidade de Morro Redondo, pertencente ao município de Pelotas. O pastor Christian Broders retornou para os Estados Unidos, mas solicitou que um pastor residente fosse enviado para o Brasil. O pedido foi aceito, sendo enviado o pastor Carl Wilhelm Gustav Mahler, desembarcando em solo brasileiro no mês de março de 1901.

Além de assumir a Comunidade Luterana São Pedro, em Morro Redondo, Mahler foi fundador da Comunidade Luterana de Porto Alegre, em 1902, e do periódico *Kirchenblatt*, no ano de 1903. Quando da transferência e reabertura do seminário de formação de pastores de São Lourenço do Sul para Porto Alegre, em 1907, o pastor Mahler assumiu sua direção, assim como atuou como professor do educandário. Para auxiliá-lo na docência, contou com apoio do pastor Henry Klein.

Nascido em 17 de fevereiro de 1869 na cidade de Springs, Texas, Henry Adam Klein atuou como missionário no Brasil entre os anos de 1902 e 1907, quando regressou para os Estados Unidos. Faleceu em 21 de dezembro de 1935, em um acidente automobilístico no estado do Tennessee. Quando da fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, em junho de 1904, foi eleito vice-presidente, sendo a chefia da instituição delegada ao pastor Wilhelm Mahler – que exerceu seu mandato até 1910. Durante o período que esteve

<sup>22</sup> STEYER, Walter O. *Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o luteranismo: a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio Grandense 1900-1904*. 1. ed. Porto Alegre: Singular, 1999.

<sup>23</sup> Esta data é considerada o marco fundatório da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

no Brasil, além da experiência como professor, atendeu pastoralmente as comunidades de Porto Alegre, São Leopoldo, Estância Velha (antes atendida pelo pastor independente Brutschin) e, posteriormente, o grupo dissidente em Dois Irmãos.

Pragmaticamente, existem diferenças de interpretação e prática teológica entre as duas denominações, que também interferem em sua compreensão social. Enquanto o Sínodo Rio-grandense – atualmente Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) – adquiriu uma postura mais flexível, o Sínodo de Missouri – atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) – permaneceu com um caráter mais ortodoxo e conservador, tanto na interpretação bíblica quanto em sua liturgia. Como exemplo, a celebração da *Santa Ceia* na IECLB é aberta para qualquer pessoa, assumindo uma dimensão mais universalista, enquanto na IELB ela é restritiva aos seus membros. Em suma, conforme explicam Martin Dreher,<sup>24</sup> Werner Altmann<sup>25</sup> e Ricardo Rieth,<sup>26</sup> a IECLB teve uma interação maior com pensamento da Ilustração, enquanto a IELB teve uma ligação mais estreita com Romantismo e o neoconfessionalismo do século XIX.

A animosidade entre o pastor Eugen Zwinger e o professor Wilhelm von Zuccalmaglio atingiram seu ápice em 1902, onde os dois entraram inclusive em confronto físico. No calor da discussão, Zwinger atingiu Zuccalmaglio com um peso de mesa, causando-lhe ferimentos.<sup>27</sup> O desentendimento repercutiu rapidamente entre a Comunidade Evangélica de Dois Irmãos, ocasionando, invariavelmente, uma divisão de opiniões entre seus membros. Uma parte apoiando o pastor Zwinger, outra posicionando-se favorável ao professor. Embora não tenhamos encontrados registros mais assertivos, acreditamos que Zuccalmaglio tenha deixado Dois Irmãos logo em seguida aos acontecimentos, transferindo residência para São Lourenço do Sul, onde exerceu a função pública de escrivão distrital. Algum tempo depois foi para Pelotas e, novamente, fixando-se em Taquara, onde fundou uma indústria de cerâmica. Seus anos finais de vida foram em Santo Antônio da Patrulha, onde faleceu em 1958.

<sup>24</sup> DREHER, Martin. *Igreja e germanidade*. Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

<sup>25</sup> ALTMANN, Walter. *Lutero e libertação*. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Ática, 1994.

<sup>26</sup> RIETH, Ricardo W. Luteranismo. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando (org.). *Dicionário brasileiro de Teologia*. São Paulo: Aste, 2008.

<sup>27</sup> Um relato sobre o ocorrido foi publicado em 19 de julho de 1961, no suplemento *St. Michaelsblatt*, em língua alemã, contido no periódico *Jornal do Dia*, de Porto Alegre. Disponível digitalmente na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, podendo ser acessada em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098230/45823>. Acesso em 05 jun. 2020.

“E não há poder, nem cá na terra, nem no próprio inferno, que me vão afastar do meu...”

O grupo descontente com a postura do pastor Eugen Zwinger exige que o mesmo seja transferido de Dois Irmãos, solicitando isso ao então presidente do Sínodo Rio-grandense, pastor Johann Rudolph Dietschi, da Comunidade Evangélica de Sapiranga (também distrito de São Leopoldo). Entretanto, as reivindicações não encontraram no pastor Dietschi disposição em concretizá-las. Diante das negativas de Dietschi, o grupo descontente iniciou um processo mais enfático de dissidência, procurando a assistência eclesial de outro pastor.

Procurado pelo grupo dissidente, o pastor missouriano Henry Adam Klein, de São Leopoldo, aceitou atender espiritualmente ao mesmo. A partir de então, também se deslocava para realização de cultos e outros serviços pertinentes em Dois Irmãos. Todavia, o pastor Eugen Zwinger passou a agir de forma peremptória para evitar que o grupo dissidente tivesse acesso aos bens paroquiais, especialmente o direito de uso da igreja. Segundo Steyer,<sup>28</sup> Zwinger modificou os estatutos da comunidade, impedindo o direito de culto dos dissidentes, proibindo-lhe o acesso ao templo – então utilizado pelos dois grupos por meio de escalas, intercalando os cultos dominicais entre evangélico-luteranos e missourianos – e ao cemitério. O número de descontentes aumentou, sendo ampliado para 47 famílias. Quando ocorreu o falecimento de uma criança de família dissidente, o pastor Zwinger negou veementemente acesso ao cemitério da comunidade para sepultamento. Por fim, o portão do cemitério foi destruído e o enterro realizado, mesmo diante dos virulentos manifestos de indignação de Zwinger.

Em decorrência do escalonamento para uso do templo, o acordo até então vigente previa que dois domingos mensais eram de direito do grupo missouriano. Entretanto, em um destes domingos, o pastor Zwinger, como forma de demonstração de poder e afronta, marcou o culto dos evangélico-luteranos, exigindo que os dissidentes abrissem mão do horário e local. Por sua vez, o grupo missouriano manifestou que não abriria mão de seu culto, estabelecendo a permanência deste para o dia marcado. Diante da recusa do grupo adversário, Zwinger entrou em contato com o cônsul alemão no Rio Grande do Sul, Gustavo Poock,<sup>29</sup> para que solicitasse segurança para a comunidade de Dois Irmãos e seu pastor, junto ao governo estadual.

<sup>28</sup> STEYER, Walter O. A implantação do luteranismo confessional e as populações protestantes teutas. In: DREHER, Martin N. (org.). *Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja*. Porto Alegre: Edições EST / São Leopoldo: Sinodal, 1998.

<sup>29</sup> Gustavo Poock, nascido na Alemanha, foi um importante empresário no Rio Grande do Sul, proprietário de uma fábrica de charutos no município de Rio Grande. Também exerceu o cargo de cônsul interino na cidade, assumindo posteriormente o consulado alemão no Rio Grande do Sul, no qual permaneceu

O cônsul então dirigiu-se ao presidente do estado, Borges de Medeiros, pedindo-lhe que encaminhasse reforços da Brigada Militar para Dois Irmãos, a fim de evitar atos de violência e vandalismo por parte dos protestantes locais – pois havia, inclusive, ameaça de incêndio ao templo. Borges determinou ao então comandante da Brigada Militar no estado, coronel José Carlos Pinto Júnior, o envio de um destacamento de soldados para Dois Irmãos, para que evangélico-luteranos e missourianos não se digladiassem. No domingo previsto para a realização dos cultos, a área central do distrito amanheceu ocupada pelo pelotão de brigadianos,<sup>30</sup> que impediram também a utilização do templo por ambos os lados envolvidos na contenda.

Para Borges de Medeiros, a possibilidade de revolta – inclusive armada – envolvendo grupos religiosos não era oportuno naquele momento. Além de ser ano eleitoral, onde Borges tentaria sua reeleição para o quinquênio seguinte, o governo já tinha de se ocupar com o conflito envolvendo os chamados *Monges do Pinheirinho*,<sup>31</sup> entre o município de Roca Sales e a localidade de Encantado, então distrito de Lajeado. Imbuído de um paradigma messiânico, assim como o movimento dos Mucker, no Rio Grande do Sul, ou de Canudos, na Bahia, o grupo era formado essencialmente por remanescentes da Guerra Civil Federalista (1893-1895), caboclos e imigrantes sem trabalho e vivendo em condições de pobreza acentuada. O movimento foi reprimido fortemente pela força policial do estado, com a morte de participantes e a fuga de outros – que inclusive, anos mais tarde, estiveram envolvidos em outro conflito também com ares messiânicos: a Guerra do Contestado (1912 – 1916), na divisa entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Um novo conflito em contexto religioso atrapalhava a manutenção da ordem – um princípio preconizado pelo ideário positivista – e o ambiente político sul-rio-grandense. Somado a isso, o atrito entre os grupos confessionais de origem alemã também colaborava para ampliar a suspeição das autoridades e líderes republicanos sobre este grupo étnico. Exemplo dessa desconfiança partira do então secretário de Obras Públicas, João José Pereira Parobé, que, conforme Gertz,<sup>32</sup> afirmava

---

até 1903. Maiores informações em: MONTE DOMECCO, Ramón. *O Estado do Rio Grande do Sul*. Barcelona: Estabelecimento Graphico Thomas, 1916.

<sup>30</sup> Denominação dada, até os dias de hoje, aos policiais militares no Rio Grande do Sul, integrantes da Brigada Militar.

<sup>31</sup> GARIETTA, Mircele. *Os monges de Pinheirinho no Vale do Taquari e relações com movimentos messiânicos brasileiros*. Lajeado: Univates, 2011.

<sup>32</sup> GERTZ, René Ernaini. O castilhismo e a colônia alemã. In: AXT, Gunter et al. (orgs.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

“E não há poder, nem cá na terra, nem no próprio inferno, que me vão afastar do meu...

“preferir ver o atraso do estado do que depender da colônia germânica para o progresso”.

Embora a ação da Brigada Militar tenha evitado atos de violência, a questão da disputa pelo uso do templo ainda permaneceu em aberto. O pastor Eugen Zwinger tentou, junto da Justiça Estadual, impedir o direito dos missourianos aos bens da paróquia. O grupo dissidente, por seu turno, acionava os meios jurídicos para acessar seus direitos. A querela foi resolvida quando o desembargador James de Oliveira Franco e Souza, então presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, declara que os dois grupos tem direito a realização de cultos no templo de Dois Irmãos, indicando a permanência do sistema de revezamento. Mesmo com determinação da Justiça, o pastor Zwinger ainda tentara impedir que os missourianos tivessem acesso ao patrimônio comunitário. O clima de instabilidade prosseguiu por mais quatro anos. Neste período, Zwinger conseguiu também dificultar seu relacionamento com outras comunidades que integravam a Paróquia Evangélica de Dois Irmãos, como é o caso das localidades de Teewald (atual município de Santa Maria do Herval), Picada Verão e Morro Reuter, que recusavam-se serem atendidas pelo pastor.<sup>33</sup> O clima não era favorável ao pastor Zwinger, que renunciou ao cargo em Dois Irmãos, sendo transferido para a comunidade de Monte Alverne, em Santa Cruz do Sul.<sup>34</sup>

Um ano após a saída do pastor Zwinger de Dois Irmãos, foi a vez do pastor missouriano Henry Klein deixar o atendimento de São Leopoldo, Estância Velha e Dois Irmãos, regressando para os Estados Unidos. A comunidade dissidente dois-irmonense, por seu lado, passou a contar com um pastor residente: o estadunidense Mario Rehfeld. A divisão da paróquia ente cultos evangélico-luteranos e missourianos persistiu até 1938, quando um acordo entre as duas entidades religiosas pôs fim ao conflito direto: o grupo pertencente ao Sínodo Rio-grandense fez a compra da parte dissidente relacionada às propriedades comunitárias. Com isso, os confessantes da Igreja Evangélica Luterana do Brasil em Dois Irmãos puderam construir seu templo próprio. Com um detalhe: localizado próximo ao templo até então utilizado, na mesma rua São Miguel – e onde, pouco mais adiante, estava localizada a igreja da Comunidade Católica local, utilizada até 1975.<sup>35</sup>

<sup>33</sup> Arquivo Histórico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, Fundo Sínodo Rio-grandense, Pasta 7/5, Documentos 023 a 034.

<sup>34</sup> Arquivo Histórico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, Fundo Sínodo Rio-grandense, Pasta 5/4, Documento 050.

<sup>35</sup> Em 1979 foi inaugurado o novo templo, localizado próximo da igreja antiga, construída entre 1868 e 1877.

## E aquela escola da Picada São Paulo sempre ocasionando celeumas...

A Comunidade Católica de São Miguel de Dois Irmãos foi fundada em 1849, como uma capela vinculada à Paróquia Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo. Como responsável pelo atendimento daquele grupo de católicos alemães foi nomeado o padre jesuíta polonês Agostinho Lipinski. Em 1857, foi elevada à categoria de paróquia, tendo o Pe. Lepinski como seu pároco, atuando naquela comunidade até 1867, quando retornou para a Polônia. A região abrangida pela paróquia – desde sua fundação até meados da década de 1990 – compreendia as localidades de Picada São Paulo, Walachai, Morro Reuter,<sup>36</sup> Teewald (Santa Maria do Herval), Morro dos Bugres, Padre Eterno, Picada Verão, Joaneta e Linha Café. Entre 1849 e 1934, a Comunidade São Miguel de Dois Irmãos foi atendida por padres da Companhia de Jesus, os jesuítas. A partir daquele ano, a condução paroquial ficou sob responsabilidade de padres seculares, primeiramente da Arquidiocese de Porto Alegre e, desde 1980, da Diocese de Novo Hamburgo. Além dos templos, as comunidades constituíram também escolas, visando atender crianças e jovens das famílias destas localidades. A manutenção dos educandários e remuneração de seus professores, geralmente, era feita pela própria comunidade. Posteriormente, algumas destas passaram a receber subvenção do poder público. Não obstante, as subvenções eram contrapartida para o cumprimento de algumas determinações governamentais. E estas determinações também ocasionavam discordâncias e conflitos.

O último padre jesuíta a atender Dois Irmãos como pároco foi Francisco Murmann.<sup>37</sup> Atendeu aquela comunidade até janeiro de 1934. Nove meses antes de deixar o exercício da condução eclesiástica daquela paróquia, Pe. Murmann, S.J. se envolveu em uma questão política envolvendo uma das escolas paroquiais de sua circunscrição: o educandário da Picada São Paulo.

---

Atualmente, o local é um centro cultural, mantida por uma associação.

<sup>36</sup> As comunidades católicas de Morro Reuter (abrangendo, entre outras, as localidades de Picada São Paulo e Walachai) pertenceram até o ano de 1993 à Paróquia São Miguel de Dois Irmãos. Naquele ano, foi criada e instalada a Paróquia Imaculada Conceição, cuja delimitação geográfica abrange todo o território morro-reutense, emancipado política e administrativamente do município de Dois Irmãos em 1992.

<sup>37</sup> Nascido em 11 de junho de 1875, faleceu em 02 de dezembro de 1945. Após deixar a Paróquia de Dois Irmãos, foi um dos responsáveis pela construção do Seminário Jesuíta de Salvador do Sul/RS, conhecido como Colégio Santo Inácio de Loyola, em funcionamento entre 1937 e o ano de 1990. Coube ao Pe. Murmann a definição do local para construção do seminário. Está sepultado no Cemitério dos Jesuítas em São Leopoldo, no Santuário Sagrado Coração de Jesus, onde também repousa o conhecido sacerdote, escritor e botânico Balduino Rambo (1905-1961), além do famoso padre alemão João Batista Reus (1868-1947), cuja causa e processo de beatificação está em tramitação junto à Congregação para a Causa dos Santos, no Vaticano.

“E não há poder, nem cá na terra, nem no próprio inferno, que me vão afastar do meu...”

Um documento datado de 19 de abril de 1933, destinado ao prefeito leopoldense Theodomiro Porto da Fonseca,<sup>38</sup> relatava um problema envolvendo a escola católica e um aluno de confissão evangélico-luterana. Diante da situação, o pároco Murmann buscava em Theodomiro uma solução definitiva para aquela contenda. Por se tratar de uma questão religiosa, teoricamente não caberia ao governo municipal mediar o debate e solucionar o caso. Mas a situação envolveu o Poder Público quando, de acordo com o presbítero católico, o representante da municipalidade em Dois Irmãos argumentou que o aluno protestante deveria obrigatoriamente ser aceito, tendo em vista que havia uma subvenção financeira repassada pela prefeitura à escola. Conforme relatou o sacerdote,

[...] o senhor Weiler, professor da escola particular católica daquele lugar, que aliás aceita também alunos de religião protestante, como de fato faz bem, há duas semanas refutou por graves razões e de comum acordo com toda a comunidade escolar, a admissão de um menino de certo homem protestante. Quando então este homem não alcançara nada por palavras atrevidas que dirigiu aquele professor, foi ter com o subprefeito de Dois Irmãos, que lhe deu a resposta que o professor, por causa da subvenção municipal que recebe, seria obrigado a admitir o menino.<sup>39</sup>

O docente mencionado trata-se de Francisco Weiler, que além de sua atuação na escola paroquial de Picada São Paulo, se destacou como importante liderança católica leiga daquela região colonial. Exerceu o magistério até seu falecimento, em 1945. O outro personagem citado na correspondência, embora não nomeado, era o leopoldense Carlos Theobaldo Sperb<sup>40</sup>, subprefeito de Dois Irmãos nas décadas de 1930 e 1940, conforme dados encontrados em nossas pesquisas.<sup>41</sup> Oriundo de tradicional família de São Leopoldo, seu pai, Jorge Francisco Eneas Sperb<sup>42</sup> foi comerciante e, em 1898, abriu um hotel no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, na praia de Tramandaí:<sup>43</sup> o Hotel Sperb. Carlos Theobaldo Sperb, a partir dos anos 1940, passou a dirigir o empreendimento,

<sup>38</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL), Coleção Carlos de Souza Moraes, Pasta 90, Correspondência ao prefeito de São Leopoldo, coronel Theodomiro Porto da Fonseca (1933).

<sup>39</sup> Adaptamos o texto original para as normas atuais de escrita.

<sup>40</sup> No município de Morro Reuter há uma rua denominada com seu nome.

<sup>41</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL), Fundo Prefeitura Municipal de São Leopoldo, Correspondências emitidas e recebidas (décadas de 1930 e 1940).

<sup>42</sup> Existem atualmente em Tramandaí uma rua e uma escola municipal que levam seu nome, em forma de reconhecimento pelo papel exercido no desenvolvimento da localidade.

<sup>43</sup> Naquele momento Tramandaí era um balneário e distrito pertencente ao município de Osório, de quem se emancipou em 1965.

até 1973, quando faleceu. Ainda foi proprietário, também no balneário de Tramandaí, do Cinema Caiçara, inaugurado em 1948. Foi possível averiguar que a família Sperb era de confissão religiosa evangélico-luterana. Deste modo, a ação adotada pelo subprefeito Sperb visava auxiliar alguém que partilhava de sua religião. Um fato interessante descoberto é que uma prima de segundo grau de Carlos Theobaldo Sperb, chamada Maria Catharina Sperb, foi esposa do pastor Johann Friedrich Brutschin, que como já vimos, foi um dos articuladores da vinda de pastores missourianos para o Rio Grande do Sul.

Embora, no decorrer do documento, Pe. Franciscisco Murmann argumente que Sperb tenha lhe dito que tomara tal atitude para amenizar os ânimos, esta medida provocou desagrado por parte do clérigo e da comunidade local. Segundo ele, “me parece que, pelo contrário, harmonizar as custas dos direitos de um dos partidos destrói por completo a harmonia”. Deixava claro que não julgava adequado que, por conta de uma imposição política, a escola confessional tivesse que aceitar alunos acatólicos – e, sobretudo, pessoas vistas com desconfiança pela comunidade. Não foi possível verificar quem era o homem evangélico-luterano citado como causador da discórdia, mas a leitura deixa transparecer que sua relação com os católicos de Picada São Paulo não era das mais cordiais.

Os conflitos decorrentes do aceite ou recusa de alunos de outras confissões por parte de educandários religiosos era comum na região. Hilmar Kannenberg, em uma obra comemorativa alusiva ao centenário da escola Fundação Evangélica, de Novo Hamburgo, destaca um fato ocorrido em 1916, registrado em uma das atas de reunião da diretoria desta instituição.<sup>44</sup> Segundo ele, “a diretora Frieda Pechmann, surpreende a todos com a informação que cinco das 59 alunas são católicas e que seus pais exigem que a escola acompanhe-as a sua respectiva igreja, que não participem das meditações e das aulas de ensino cristão”.<sup>45</sup> Ainda, conforme registrado no documento transcrito, é argumentado que esta exigência não é respeitada por escolas católicas em relação a suas alunas evangélicas, citando os colégios Santa Catarina, de Hamburgo Velho, e São José, em São Leopoldo, como exemplos disso. Frieda Pechmann assevera: “nas escolas católicas, os alunos evangélicos são obrigados a participar dos cultos católicos; as crianças evangélicas não são levadas à igreja evangélica para os cultos. Por isso, não nos sentimos na obrigação de levar as alunas católicas à missa”. Ao analisar o documento, Kannenberg

<sup>44</sup> Não foi possível acesso ao documento original.

<sup>45</sup> KANNENBERG, Hilmar. *Fundação Evangélica, um Século a Serviço da Educação, 1886-1986*. São Leopoldo: Rotermond, 1987, p. 76.

“E não há poder, nem cá na terra, nem no próprio inferno, que me vão afastar do meu...

expõe alguns dos motivos que respaldam, para os evangélico-luteranos, sua posição diante das tentativas de imposição dos referidos pais católicos:

Neste posicionamento se reflete todo o ressentimento da pressão religiosa exercida sobre os imigrantes evangélicos e seus descendentes: conversões forçadas, acesso a cargos públicos e transações dificultadas para não-católicos, obrigatoriedade do batismo católico para casamentos mistos e o domínio dos jesuítas no sistema escolar.<sup>46</sup>

É possível relativizar alguns pontos desta argumentação. Naquela conjuntura histórica, a ascensão de acatólicos em cargos públicos, especialmente com o advento republicano, era um fato crescente – e também ocorrera no período imperial. Exemplo disso era encontrado em São Leopoldo, município ao qual Novo Hamburgo era distrito – condição que se estendeu até 1927, quando emancipou-se. Era, desde 1902, intendente municipal o coronel Guilherme Gaelzer Neto, que ficou durante 16 anos à frente do governo daquela municipalidade. Gaelzer Neto era evangélico-luterano e maçom. Sobre o tocante educacional, embora os jesuítas tivessem um papel importante, outras ordens religiosas católicas tinham um papel proeminente junto às escolas na região. As irmãs da Congregação de Santa Catarina eram gestoras do Colégio Santa Catarina, enquanto as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã da Terceira Ordem Regular de São Francisco de Assis administravam o colégio leopoldense São José.

De todo modo, os atritos entre católicos e protestantes, especialmente os evangélico-luteranos, envolvendo o ambiente educacional na região de São Leopoldo e do Vale do Rio dos Sinos, persistiram ao menos até o final do período do Estado Novo, em 1945. Segundo o historiador Sandro Blume,<sup>47</sup> quando o professor Francisco Weiler<sup>48</sup> faleceu, em 1945, todos os alunos da escola local foram levados ao velório e tiveram que participar da missa de corpo presente, mesmo aqueles que não eram católicos. Além disso, estes alunos tinham que participar compulsoriamente das atividades católicas, quando ocorridas em horário de aula.

Quanto ao episódio envolvendo as alunas católicas da Fundação Evangélica, a ata de reunião registra a decisão tomada:

<sup>46</sup> KANNENBERG, op.cit., p. 77.

<sup>47</sup> BLUME, Sandro. *Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul: recortes do cotidiano*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 235. O depoimento foi dado por uma ex-aluna da escola de Picada São Paulo, que lá estudara quando ocorreu o falecimento de Weiler.

<sup>48</sup> Atualmente, a escola municipal existente em Picada São Paulo, localizada às margens da BR 116, é denominada Professor Francisco Weiler.

[...] a Fundação Evangélica complementa sua posição com abertura especial quanto à participação das alunas católicas nas missas em sua igreja: [...] se a ida para à igreja católica estiver assegurada com acompanhamento de pessoas de fora da escola, não imporemos nenhum impedimento. Mas, para o dia a dia da escola, permanece a realidade de que nosso educandário é uma escola evangélica com ordem evangélica, à qual todas as alunas deverão submeter-se.<sup>49</sup>

E como podemos ver, dezessete anos depois do caso de Novo Hamburgo, nova polêmica se instalara em um local de ensino, confrontando as duas denominações religiosas. Com o diferencial que, desta vez, as autoridades políticas foram envolvidas mais diretamente. Almejando conseguir o apoio definitivo do prefeito leopoldense para sua causa, o pároco Murmann utilizou de argumentos mais densos, apelando para aspectos legais relacionados com a subvenção municipal e as condições que ela determina para sua execução:

[...] trata-se de uma escola particular católica que é construída e mantida por uma comunidade escolar, cujos sócios também pagam o salário do professor. Portanto, esta comunidade é livre na admissão de alunos. Se que admitir alunos protestantes pode fazê-lo, mas pode também recusa-los. A subvenção mensal, que o professor recebe do município, não altera esta condição. Pois todos os professores e todas as comunidades escolares aceitaram-na supondo que tal subvenção tem o único destino de estimular o ensino da Língua Portuguesa e que, em consequência disto, não impõem outra condição senão o ônus de admitir a fiscalização deste ensino do Português pela autoridade competente. Seria de fato, inaceitável, uma subvenção que impusesse mais condições.<sup>50</sup>

Ao reforçar que o auxílio financeiro preconizava apenas a obrigatoriedade do ensino de Língua Portuguesa, tentou desqualificar o argumento dado pelo subprefeito Carlos Theobaldo Sperb ao outro envolvido na questão. Deste modo, visava legitimar o direito das escolas católicas em recusarem alunos de outras confissões e, ao mesmo tempo, determinar que os alunos acatólicos aceitos cumprissem, sem exceção, as regras religiosas destas instituições. Entretanto, adotando de uma estratégia política, evitou se indispor com a autoridade do subprefeito de Dois Irmãos – embora refutando seu argumento de que o aceite de alunos protestantes era previsto e condicionado pela subvenção da prefeitura. Para tanto, ao encerrar sua missiva, o padre Francisco Murmann, deixa como última frase, antes dos cumprimentos: “é certo que a autoridade do senhor subprefeito não há de sofrer nada por tal decisão”.

<sup>49</sup> KANNENBERG, *ibidem*, p. 77.

<sup>50</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL), Coleção Carlos de Souza Moraes, Pasta 90, Correspondência ao prefeito de São Leopoldo, coronel Theodomiro Porto da Fonseca (1933).

“E não há poder, nem cá na terra, nem no próprio inferno, que me vão afastar do meu...”

Não foi possível verificar os desdobramentos pormenorizados deste caso, especialmente se o aluno evangélico-luterano foi aceito ou não pela escola católica. Mas, deste ocorrido, é plausível que o conflito tenha contribuído para a substituição dos padres jesuítas pelo clero secular – ou diocesano – pouco tempo depois.<sup>51</sup> Em 21 de janeiro de 1934 assumiu no comando da Paróquia São Miguel de Dois Irmãos o jovem sacerdote José Becker, natural daquela região: nascera ao norte do Distrito de Dois Irmãos, na localidade de Jammerthal, entre Linha Café e Santa Maria do Herval. Contudo, ficou menos de um ano à testa da comunidade, sendo substituído em 06 de janeiro de 1935. Posteriormente, foi nomeado pelo arcebispo Dom João Becker como primeiro pároco da Paróquia Santa Tereza, no então distrito homônimo, pertencente ao município de Santa Cruz do Sul. Assumiu aquela jurisdição eclesiástica em 05 de março de 1937.

Sobre os demais atores envolvidos, sabemos que Francisco Weiler e Carlos Theobaldo Sperb continuaram em suas respectivas funções, ou seja, o primeiro como professor da escola paroquial católica de Picada São Paulo e, o segundo, como subprefeito distrital de Dois Irmãos. Assim como, na chefia do Executivo leopoldense permaneceu Theodomiro Porto da Fonseca, ocupando o cargo até 1944, quando renunciou. Porém, dois outros agentes adentram na história, ocupando um lugar de destaque em novo conflito envolvendo a escola da Picada São Paulo: o padre José Maria Kroetz e o advogado Carlos de Souza Moraes, secretário de Prefeitura de São Leopoldo.

Assim como seu antecessor, o padre José Maria Kroetz era um filho da região. Nasceu em Santa Maria do Herval, em 14 de outubro de 1902. Filho de Maria Kunst e Theodor Kroetz Filho, sua família paterna foi uma das primeiras a se instalar naquela área de colonização, na primeira metade do século XIX. Posteriormente, na década de 1920, alguns Kroetz partiram para a região do extremo-oeste de Santa Catarina, em uma colônia católica fundada pelo padre jesuíta Max von Lassberg. A colônia de Porto Novo, em 1926, passou a se denominar Itapiranga, emancipando-se de Chapecó em dezembro de 1953. José Maria foi ordenado sacerdote em 30 de novembro de 1928. Não encontramos dados sobre sua trajetória pastoral nos anos anteriores a sua posse em Dois Irmãos.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> Nos anos seguintes, outras paróquias da região teriam os padres jesuítas substituídos por sacerdotes diocesanos. É o caso das paróquias Nossa senhora da Piedade e São Luiz Gonzaga, em Novo Hamburgo, onde o clero secular assumiu em 1941. Em São Leopoldo, na Paróquia Nossa Senhora da Conceição, essa alteração ocorreu mais tarde, na segunda metade da década de 1970.

<sup>52</sup> Um dos irmãos de José Maria Kroetz também ordenou-se sacerdote, porém pertencente à Companhia de Jesus. Felipe Aloysio Kroetz nasceu em 1904, falecendo em 1979. Dentre as funções que exerceu, foi pároco

Carlos de Souza Moraes, natural de Montenegro, nasceu em 1908, no último ano do mandato intencional de seu pai, o coronel José Álvaro Pereira de Moraes. Formado em Direito no ano de 1933, foi juiz distrital no município de Herval, no sul do Rio Grande do Sul, entre 1931 e 1934. Deixando este cargo, passou a advogar em Porto Alegre até 1937, quando foi convidado por Theodomiro Porto da Fonseca para a função de secretário da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, encargo ao qual esteve vinculado até o ano de 1944. Quando da renúncia de Theodomiro do posto de prefeito, foi indicado por este para assumir o governo, tendo sua recomendação aceita e efetivada pelo então interventor federal no estado, Ernesto Dornelles, permanecendo até o final do Estado Novo, em 1945.

Alguns anos após a carta de Francisco Murmann, a correspondência do Pe. Kroetz ao prefeito leopoldense teve um conteúdo ainda mais incisivo e de críticas aos atos cometidos pela municipalidade, segundo o presbítero, contra os fiéis católicos de Dois Irmãos. Já nos comentários iniciais, o pároco afirma que os motivos de sua indignação são conhecidos por Theodomiro, assim como que o projeto de uma escola pública na Picada São Paulo já era algo de longa data. Pelo fato do subprefeito citado se tratar de Carlos Theobaldo Sperb, é possível que esta tentativa de criação de uma instituição de ensino municipal na localidade seja decorrente dos conflitos ocorridos em 1933. Segundo José Maria Kroetz,

[...] estive hoje bem excitado por causa dos acontecimentos desnecessários que se vão dando em minha paróquia, não sem conhecimento de Vossa Excelência. Já a vários anos o senhor subprefeito daqui propôs-me a ideia de criar mais uma aula na Picada São Paulo. Procurei de impedi-lo, por motivos muito justos, para ter a garantia de subsistência da escola existente também no futuro, em que o número de alunos fatalmente vai decrescer. Agora o Município faz por própria conta, sem sequer se dignar de baixar-se a este humilde Vigário de Dois Irmãos e ouvir a opinião dele, embora a quase totalidade dos moradores seja católicos parquianos meus.<sup>53</sup>

Ao reforçar o catolicismo da comunidade local, o sacerdote também transparece a influência que exerce sobre aquele grupo, podendo mobilizá-lo para o aceite de uma nova escola naquele território ou não. Tenta demonstrar ao governante municipal que também conta com um poder de arregimentação

---

da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, de 1939 a 1943. Posteriormente, trabalhou em Santa Catarina (em municípios como Itapiranga, Tunápolis e Iporã do Oeste). Atuou ainda em Caibaté/RS.

<sup>53</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL), Coleção Carlos de Souza Moraes, Pasta 48, Correspondência ao prefeito de São Leopoldo, coronel Theodomiro Porto da Fonseca (1941). A grafia do documento foi corrigida para as normas atuais da Língua Portuguesa.

“E não há poder, nem cá na terra, nem no próprio inferno, que me vão afastar do meu...

e, com isso, sendo capaz de melindrar os planos das autoridades públicas. Mais adiante, Kroetz reafirma tal alcance, ao mesmo tempo em que deixa perceptível sua interpretação de que uma intervenção estatal nos bens da Igreja se tratava de uma atitude indecorosa, de violência contra aqueles que apoiavam o próprio regime estadonovista:

Se o povo me seguir, poderá funcionar a tal escola a fundar. [...] Eu sempre procurei de viver em boa harmonia com as autoridades civis; enquanto ficam em seu campo de ação, tudo vai bem, mas desde que invadiram direitos sagrados que tenho que defender, hão de ver-me na defensiva. E não há poder nem cá na terra, nem no próprio inferno, que me vão afastar do meu posto de defesa.

Os parágrafos seguintes continuam com o tom áspero e, ao mesmo tempo, com uma dose de ironia, enfatizando a responsabilidade do prefeito Theodomiro sobre os ocorridos, alertando-o que, como líder católico daquela comunidade, o padre José Maria Kroetz não abriria mão de tomar medidas contra a postura intervencionista municipal:

Ora, aconteceu que o Município de São Leopoldo já invadiu direitos sagrados a serem guardados pelo vigário da paróquia e ameaçam fazer novas investidas. Faz uns meses, foi colocada na escola paroquial de São Paulo uma chapa com os dizeres: Escola Municipal. Ora esta, sem dizer palavrinha ao vigário ou a comunidade católica. Essa é boa! Se isto está certo, também posso afixar uma chapa na frente da chácara de Vossa Excelência com os dizeres: Chácara do Vigário de Dois Irmãos. Se o próprio governo não respeita mais a propriedade alheia, não admire que o povo lhe siga o exemplo.

As críticas ao governo são contundentes. Se oito anos antes, a carta do jesuíta Francisco Burmann sobre problemas ocorridos na mesma escola e localidade tinha uma conotação mais branda e até mesmo conciliatória, adotando uma política diplomática, esta nova correspondência era respaldada em uma política de confronto direto. Duas posturas, mas um mesmo cenário: um jogo pelo poder, com estratégias distintas de manejo de forças. Mas a certa altura, o Pe. Kroetz estabelece um diálogo mais resignado sobre a fundação de uma escola pública, embora reafirme sua total contrariedade no uso do prédio da instituição católica existente, assim como é taxativo ao solicitar que o novo educandário seja afastado da igreja local:

Não posso impedir que fundem a tal da escola na Picada São Paulo, ao meu ver desnecessária. Se, porém, a querem fundar, deixem de fazer funciona-la até ter um prédio, ou aluguem uma casa, até ter própria, como foi feito no Walachai e em Dois Irmãos. Ao meu ver, se prestaria a sala de Henrique Arnecke. E seria um grande favor para toda a população católica de Picada São Paulo não colocar o prédio escolar perto da Igreja, como, aliás, quanto eu sei, estão pretendendo.

E ao encerrar sua missiva, o pároco apela para o bom senso das autoridades e, ciente do momento político e ideológico no qual estava vivendo, ou seja, da construção do nacionalismo conforme diretrizes do Estado Novo. No Rio Grande do Sul, o principal chefe do catolicismo, Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, adotou uma postura *brasilianista*, apoiando as políticas de nacionalização estadonovistas e buscando alinhar a Igreja Católica estadual para com esse modelo.<sup>54</sup> Deste modo, Padre Kroetz, lançou mão do dispositivo patriótico para salvaguardar o direito de permanência da escola paroquial e seu papel na formação cívica dos alunos: “espero também no futuro poder viver em boa harmonia com as autoridades, mas respeitem meus direitos de sacerdote. Enquanto me restar sopro de vida, serei defensor intrépido das aulas paroquiais, verdadeiros seminários de vocações sacerdotais e religiosas e de homens lídimo e patriotas a toda prova”.

Uma cópia deste documento permaneceu, por mais de sessenta anos, em posse de Carlos de Souza Moraes.<sup>55</sup> Além do cargo de Secretário da Prefeitura de São Leopoldo, Moraes acumulou, entre 1939 e 1943, a função de Diretor de Instrução Pública municipal. Deste modo, todos os assuntos políticos e educacionais ocorridos no território leopoldense eram de seu interesse e incumbência. Mas para além dos cargos públicos, havia outro detalhe importante que deve ser levado em consideração: Carlos de Souza Moraes, desde a metade da década de 1930, conforme relata Santos,<sup>56</sup> era membro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, uma entidade nacionalista fundada no Rio de Janeiro, em 1932, cujas marcas foram seu discurso voltado para a educação e as ações políticas sobre grupos imigrantes, geralmente imbuídas de uma tonalidade xenófoba, especialmente contra árabes e asiáticos.<sup>57</sup> Deste modo, Moraes também adotava uma linguagem e postura nacionalista.

Neste sentido, a atitude tomada pelo Pe. José Maria Kroetz não foi entendida apenas como uma afronta ao governo municipal de São Leopoldo, simplesmente. Mais que isso, foi compreendida por Carlos de Souza Moraes

<sup>54</sup> ISAIA, Artur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

<sup>55</sup> Carlos de Souza Moraes faleceu no ano de 2003, aos 95 anos de idade.

<sup>56</sup> SANTOS, Rodrigo Luis dos. O nacionalismo brasileiro em uma área de imigração: São Leopoldo e as ações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, durante o Estado Novo (1937-1945). *Métis: História & Cultura* - v. 13, n. 27, p. 217-231, jan./jun. 2015.

<sup>57</sup> Para maiores informações sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, queira ver: PINHO, Silvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Belo Horizonte, 2007. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Programa de Pós-Graduação em História, 2007; LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

“E não há poder, nem cá na terra, nem no próprio inferno, que me vão afastar do meu...

como uma ação contra a política de nacionalização que estava sendo implantada no país, além de ser classificada como uma narrativa discursiva de apoio ao *pertencimento alemão*, difundido nas colônias de origem germânica, tanto por padres (especialmente jesuítas) quanto por pastores do Sínodo Rio-grandense. Cabe destacar que, nesse período, teve início uma série de medidas arbitrárias especialmente contra evangélico-luteranos, rotulando-os como apoiadores e divulgadores do nazismo, ocasionando a repressão e prisão tanto de pastores quanto leigos. Deste modo, uma rotulação como *germanista* significava estar contra a ideia de *brasilidade* difundida pela ideologia e aparato estadonovista.

Quanto ao caso do vigário de Dois Irmãos, era necessário tomar alguma medida mais efetiva para extirpar uma célula corrosiva do tecido social daquela comunidade, para evitar maiores problemas e dificuldades à política nacionalizante, sobretudo no âmbito educacional. Em decorrência da proximidade entre Igreja Católica e as autoridades do regime, ao contrário do que ocorrera com clérigos protestantes, o Pe. José Maria Kroetz não foi enviado para alguma colônia penal agrícola. Alguns meses após o envio da carta, Kroetz teve sua transferência decidida pelo arcebispo Dom João Becker. Passaria a atuar em uma região mais interiorana: foi nomeado pároco em Tereza. A mesma paróquia em que, cinco anos antes, seu antecessor em Dois Irmãos, Pe. José Becker, tomou posse como primeiro pároco. Na comunidade católica Santa Tereza, Pe. Kroetz permaneceu até 1958, quando faleceu aos 56 anos de idade, no dia 22 de junho. Engajou-se, politicamente, pela emancipação política daquela localidade, fato ao qual não chegou a ver concretizado, pois a criação do município ocorreu em 30 de janeiro de 1959, quando também houve a mudança de denominação de Tereza para Vera Cruz. Mas, posteriormente, o sacerdote recebeu uma homenagem da municipalidade local, sendo denominada uma rua com seu nome: Cônego José Maria Kroetz. E quanto à Paróquia de São Miguel de Dois Irmãos, para seu lugar foi nomeado o padre Valentin Weschenfelder, que ali permaneceu por 32 anos. Porém, antes de sua nomeação e posse, ainda durante o processo de indicação, Carlos de Souza Moraes solicitou informações detalhadas sobre o Pe. Valentin<sup>58</sup>. Era prudente evitar novos conflitos e, ao seu ver, mais um padre *germanista* na problemática comunidade católica dois-irmonense.

---

<sup>58</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL), Coleção Carlos de Souza Moraes, Pasta 26, Solicitação de informações sobre o Pe. Valentin Weschenfelder (1942).

## Um conflito interiorano e a busca pelo poder: Igreja Católica e o Estado Novo

O caso ocorrido no interior do Distrito de Dois Irmãos não deve ser compreendido como algo isolado ou desconexo de um panorama maior, envolvendo política, religião e educação dentro do contexto estadonovista. Em 1939, a Igreja Católica no Rio Grande do Sul enfrentou um momento de instabilidade em suas relações com as autoridades do Estado Novo no estado, especialmente com o secretário de Educação, José Pereira Coelho de Souza. Em julho daquele ano, Coelho de Souza foi convidado para participar de uma festividade na Escola Normal Católica, localizada em Novo Hamburgo, responsável pela formação de professores para atuarem nas escolas paroquiais. Era diretor da instituição o padre jesuíta Miguel Meier. Durante a cerimônia, um dos alunos teria proferido um discurso, que teria sido recebido pelo secretário como ação contrária ao processo de nacionalização que vinha sendo implantado. Poucos dias depois, Coelho de Souza manifestou sua indignação com o ocorrido através dos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*.

A visita de Coelho de Souza gerou reações enérgicas. O arcebispo Dom João Becker declara seu apoio incondicional para com ações nacionalizadoras promovidas pelo governo, determinando que o clero e as ordens religiosas também o façam. Além disso, Becker apoiou a decisão do governo estadual em fechar o educandário. Mesmo com os esforços das lideranças católicas locais, a decisão governamental foi cumprida.<sup>59</sup> Em 1940, foi assinado um termo de cooperação entre a Igreja Católica e o governo do estado. Pelos termos deste acordo, foi estabelecida uma fiscalização menos rígida aos educandários católicos. Isso ficou evidenciado no compromisso assumido pela Secretaria de Educação de retirar as fiscais permanentes destas escolas, promovendo apenas uma visita mensal. A Igreja Católica, por seu turno se comprometeu em efetivar dentro suas instituições as ações de nacionalização, inclusive demitindo eclesiásticos ou leigos que não cooperassem com estas medidas. Além disso, as cláusulas de números 09 e 12 estabeleceram que as averiguações de irregularidade seriam fiscalizadas por pessoas de confiança de ambos os signatários, assim como caberia aos acordantes fazer com que o acordo fosse aplicado às demais dioceses do Rio Grande do Sul – Santa Maria, Pelotas e Uruguaiana.<sup>60</sup>

Diante desse quadro político, a atitude afrontosa promovida pelo Pe. José Maria Kroetz foi entendida pelos seus superiores hierárquicos como algo

<sup>59</sup> Sobre a Escola Normal Católica e este episódio, ver: RAMBO, op. cit.

<sup>60</sup> Arquivo Histórico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, Fundo Sínodo Rio-grandense, Pasta 17/8, Documento 045.

“E não há poder, nem cá na terra, nem no próprio inferno, que me vão afastar do meu...

perigoso para a manutenção do acordo. Porém, por conta dos termos previstos, o sacerdote não foi preso. Mas, como vimos, acabou transferido para uma localidade mais interiorana, onde cumpriu seus últimos dezesseis anos de vida religiosa.

A interação da Igreja Católica com as autoridades estadonovistas não foi um processo unicamente do Rio Grande do Sul. Pelo contrário, fazia parte de uma estratégia de larga escala adotada pelo catolicismo brasileiro. Se, durante os primeiros quarenta anos do regime republicano, a Igreja se sentiu aviltada em seu poder e participação, com a chegada de Vargas ao comando federal, em 1930, houve um processo gradativo de aproximação e, consequentemente, de ampliação da influência católica sobre os rumos políticos. Ambas as instituições passaram a se apoiar mutuamente: enquanto a Igreja Católica arregimentava seus fiéis para sustentação do regime, o governo abriu espaço para inserção do catolicismo em diferentes ambientes sociais, especialmente no tocante das famílias e da educação. Conforme Alcir Lenharo,<sup>61</sup> embora, constitucionalmente, o Estado Brasileiro fosse laico, a religião foi amplamente instrumentalizada como ferramenta de controle social.

Quanto ao papel católico na educação, Cândido Rodrigues<sup>62</sup> é taxativo ao afirmar que seu alcance não esteve delimitado em ramos determinados, mas participou ativamente no campo das reformas educacionais, tanto para as instituições públicas quanto privadas. Em comum, as duas instituições tinham interesses e alguns inimigos, como os comunistas.<sup>63</sup> Neste sentido, segundo Bomeny,

[...] os interesses recíprocos nesse caso estimulavam o controle das paixões mais imediatas [...] Ambos lucrariam com a prudência e a negociação. E o Estado aprendeu muito rapidamente que se não fosse feita a intervenção com a parceria da Igreja dificilmente se obteria sucesso numa ofensiva direta contra ela.<sup>64</sup>

Também havia um outro tópico em questão naquele momento: o projeto nacionalista. Dentro do escopo ideológico do Estado Novo, um dos pontos fundamentais era a unidade nacional, a partir de uma coesão linguística e sociocultural. Tendo em vista o alcance deste objetivo, foi implementada a

<sup>61</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.

<sup>62</sup> RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934 - 1945)*. São Paulo: Autêntica Editora, 2005.

<sup>63</sup> CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica*. 3. ed. São Paulo: Temática Publicações, 1994.

<sup>64</sup> BOMENY, Helena M. B. Três decretos em um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 162.

política de nacionalização do ensino. Mas, para algumas lideranças políticas e intelectuais do regime, uma unidade religiosa também era vista como necessária. Percebendo isso, a Igreja Católica, por ser aquela da maioria da população brasileira e com maior poder de alcance, se colocou como essa opção de *Igreja Nacional*.<sup>65</sup> Dentre as autoridades próximas de Vargas, um dos principais defensores da união entre o governo e os católicos foi Francisco Campos, ministro da Justiça, pois este considerava a Igreja um instrumento qualificado para dinamização da agenda estadonovista no Brasil.

### Considerações finais

A intersecção entre política, educação e religião é, historicamente, algo presente nos diferentes níveis da trajetória social. No caso brasileiro, a interação estes campos se torna mais flexível ou imbricadas, conforme conjunturas e objetivos estabelecidos. Ao trazermos três casos ocorridos no interior do Rio Grande do Sul em um período de quarenta anos, envolvendo padres católicos, pastores protestantes (evangélico-luteranos e missourianos), professores e autoridades políticas, buscamos demonstrar como episódios considerados até mesmo *isolados* fazem parte de uma trama maior, sendo integrantes de um mecanismo dinâmico desenvolvido em diferentes escalas, do micro ou macro. Ou seja, do local ao nacional. Os fatos analisados evidenciam que a busca pelo poder e os conflitos entre os atores sociais fizeram – e fazem – parte do cotidiano das mais diversas comunidades. O que se descortinou no distrito de Dois Irmãos estava relacionado com conjunturas complexas envolvido a política estadual e nacional, inextirpável do prisma religioso e educacional. Uma perspectiva de isolamento e apatia não pode ser empregada para descrever e analisar casos que, em um primeiro momento, podem ser adjetivados até como pitorescos. Mas são a prova de que disputas e alianças estão presentes em todos os níveis da estrutura de uma sociedade. E a verticalização do enfoque de análise e uma apreciação crítica dos acontecimentos, dos agentes e das fontes, possibilitam novas perspectivas de interpretação histórica sobre os mais diversos momentos de nossa trajetória enquanto país.

Artigo enviado para publicação em 17/05/2020

Artigo aprovado para publicação em 03/09/2020

---

<sup>65</sup> BOEMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Maria Ribeiro; SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra / Fundação Getúlio Vargas, 2000.